
Artigo Original

Infância e Violência Sexual: Um Olhar sobre a Vulnerabilidade da Criança

Ana Carolina Cordeiro Magni¹ e João Jorge Correa²

1. Acadêmica do Curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Foz do Iguaçu. Integrante do Programa de Iniciação Científica e pesquisadora no Grupo de Pesquisa Psicanálise e Educação: Estudos e Pesquisas.

2. Professor Associado no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Foz do Iguaçu. Orientador no Programa de Iniciação Científica. Coordenador e pesquisador no Grupo de Pesquisa Psicanálise e Educação: Estudos e Pesquisas.

joaojorgecorrea@gmail.com

Palavras-chave

Infância

Violência sexual

Vulnerabilidade

Resumo:

Neste texto, que tem por base pesquisa e estudos realizados no âmbito do programa de iniciação científica, propomos a partir de uma investigação bibliográfica e abordagem qualitativa, sem descartar a possibilidade de incorporar dados quantitativos sobre o tema em destaque, discutir sobre a violência sexual sofrida por crianças e o caráter da sua vulnerabilidade. A pesquisa contou com o suporte de um levantamento bibliográfico de teses, dissertações, livros e artigos que abordaram o tema a fim de fundamentar as reflexões propostas nesse estudo, assim como documentos elaborados pelo Ministério da Educação, UNESCO e UNICEF. Assim, o presente texto parte desse estudo e promove reflexões acerca dos tipos de violência contra a criança considerando sua condição de vulnerabilidade, bem como as análises sobre o papel da educação e da escola neste contexto na condição de coadjuvante para um melhor entendimento do quadro da violência contra a infância. O estudo se justifica pela importância sempre presente deste tema na sociedade em geral e na escola especificamente, e a preocupação de várias entidades e organismos nacionais e internacionais. Espera-se poder contribuir de alguma forma para a reflexão sobre a violência e suas diversas formas de manifestação, mas especialmente a sexual, no contexto da vulnerabilidade infantil.

Artigo recebido em: 18.09.2015.

Aprovado para publicação em: 23.11.2015.

INTRODUÇÃO

Dentre os temas que orbitam as discussões sobre a infância e a condição de ser criança, certamente a violência perpassa esse debate com maior intensidade. Vivemos e compartilhamos uma sociedade contundentemente marcada pela expropriação do outro e da sua condição de viver. A prova inconteste dessa condição pode ser verificada nos alarmantes índices de desemprego, de ocupações informais e no mais preocupante de todos: a violência.

São questões sociais que perpassam o debate acerca das políticas públicas no campo da educação, da saúde e da assistência social. E no quadro geral dessas políticas o tema da violência sexual contra a criança se encontra em destaque.

Segundo a cartilha educativa elaborada pelo Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a violência sexual infantil não escolhe classe social (apesar de indicadores mostrarem que são acometidas com mais frequência com crianças de baixa renda), nem sexo. De acordo com esse documento enumeram-se dois tipos de violência sexual: exploração sexual e abuso sexual.

A exploração se dá pelo uso da sexualidade da criança ou do adolescente em troca de dinheiro, objetos de valor ou outros elementos de troca, enquanto que o abuso é o uso da sexualidade da criança ou do adolescente para qualquer ato de natureza sexual (CARTILHA EDUCATIVA, 2000).

Este tema quando trazido para reflexão no interior da escola, compartilhado entre os educadores e equipe pedagógica merece especial atenção e cuidado a fim de evitar (e aumentar) traumas maiores e mais intensos na criança. Cavalcanti e Faria (2003) afirmam que a forma mais comum para identificar na escola crianças que são vítimas de abuso sexual é através de seus comportamentos.

No entendimento de Cavalcanti e Faria (2003), uma criança que sofre abuso sexual pode apresentar uma série de características comportamentais e psíquicas que merecem ser observadas no espaço escolar.

Algumas dessas características Cavalcanti e Faria (2003) anunciam a partir de estudos realizados anteriormente por outros pesquisadores:

(...) altos níveis de ansiedade, distúrbios no sono, distúrbios na alimentação, distúrbios no aprendizado, comportamento agressivo, apatia ou isolamento, comportamento tenso (estado de alerta), regressão a comportamento infantil, tristeza, abatimento profundo, comportamento inadequado, faltas frequentes à escola, desconfiança de adultos, choro sem causa aparente, entre outros". (MEICHENBAUM et al, 1994).

Para a Organização Childhood Brasil (2010), se o professor suspeita de algo, deve conversar com o aluno, pois entende que o primeiro interlocutor é fundamental e precisa conquistar a sua confiança. Conquistada a confiança aumentam as probabilidades de a criança relatar o que está acontecendo.

A criança deve ser enxergada como prioridade na história, é a parte mais vulnerável, pois passa a sentir culpa e pressão por parte da família. Muitas vezes alguns familiares minimizam a violência à criança como se fosse um problema pequeno, por isso, para a criança é de extrema importância que o professor a escute, acolha-a e a proteja (CHILDHOOD BRASIL, 2010).

Neste texto, que tem por base pesquisa e estudos realizados no âmbito do programa de iniciação científica, propomos a partir de uma investigação bibliográfica e abordagem qualitativa, sem descartar a possibilidade de incorporar dados quantitativos sobre o tema em destaque, discutir sobre a violência sexual sofrida por crianças e o caráter da sua vulnerabilidade.

A pesquisa contou com o suporte de um levantamento bibliográfico de teses, dissertações, livros e artigos que abordaram o tema a fim de fundamentar as reflexões propostas nesse estudo, assim como documentos elaborados pelo Ministério da Educação, UNESCO e UNICEF e, quando necessário, o recurso aos levantamentos estatísticos realizados por agências nacionais e internacionais a fim de corroborar ou rejeitar algumas hipóteses e ideias.

Assim, o presente texto parte desse estudo e promove reflexões acerca dos tipos de violência contra a criança considerando sua condição de vulnerabilidade, bem como as análises sobre o papel da educação e da escola neste contexto na condição de coadjuvante para um melhor entendimento do quadro da violência contra a infância.

A organização dos documentos elaborados no âmbito do MEC e no espaço internacional de atuação da UNESCO e da UNICEF balizou o estudo como possibilitadores de políticas públicas voltadas para a proteção da infância.

O estudo se justifica pela importância sempre presente deste tema na sociedade em geral e na escola especificamente, e a preocupação de várias entidades e organismos nacionais e internacionais.

Esta pesquisa também contribui para a minha formação profissional, pois se trata de um tema pouco e/ou insuficientemente abordado nos espaços acadêmicos. Espera-se poder contribuir de alguma forma para a reflexão sobre a violência e suas diversas formas de manifestação, mas especialmente a sexual, no contexto da vulnerabilidade infantil.

A INFÂNCIA NO ÂMBITO CONCEITUAL DA VIOLÊNCIA

O cotidiano infantil, historicamente em várias culturas e em todas as classes sociais, é alvo de diversos tipos de violências que muitas vezes passam despercebidas por nós, que enxergamos como se raramente fossem cometidas, que só vemos quando são exibidas em jornais como se fosse uma realidade muito distante, mesmo elas acontecendo muito próximo de nossas percepções.

Segundo o dicionário online “Significados” a palavra violência tem a seguinte definição: “usar a agressividade de forma intencional e excessiva para ameaçar ou cometer algum ato que resulte em acidente, morte ou trauma psicológico” (SIGNIFICADOS).

Dentre as violências mais cometidas contra a infância, podemos enumerar as seguintes cinco:

1. Violência física: “É o uso da força física utilizada para machucar a criança ou adolescente de forma intencional, não-acidental. Por vezes, a violência física pode deixar no corpo marcas como hematomas, arranhões, fraturas, queimaduras, cortes, entre outros.” (CARTILHA EDUCATIVA DO PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2000, p. 5).

2. Violência psicológica: “Ameaças injúrias, privação do amor, humilhações, dentre outras palavras e ações dirigidas com o objetivo de: envergonhar, pressionar, censurar, etc., que de acordo com Juliana Dias produzem danos nas emoções e nas afeições de crianças e adolescentes que acabam interferindo no desenvolvimento de sua personalidade.” (NEUMANN, 2000).

3. Negligência: “É uma forma de maus tratos onde o responsável pela criança se mostra incapaz de prestar os cuidados e a proteção necessários ao seu desenvolvimento saudável. “A negligência inclui a falta de todo o tipo de cuidados necessários ao bem estar da criança, tais como alimentação adequada, higiene, vestuário, cuidados médicos, afeto, atenção, vigilância e educação.” (COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO).

4. Abandono: “É a ausência da pessoa de quem a criança ou o adolescente está sob cuidado, guarda, vigilância ou autoridade.” (CARTILHA EDUCATIVA DO PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2000, p. 4)

5. Violência Sexual: “É a violação dos direitos sexuais, no sentido de abusar ou explorar do corpo e da sexualidade de crianças e adolescentes.” (COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO).

Os diversos tipos de violência que são cometidos contra a criança deixam marcas em seu ser, em sua personalidade. Ela está vivendo um período repleto de descobertas, de aprendizagens; um período em que ela se encontra em desenvolvimento tanto corporal (crescimento) quanto emocional e social encontrando-se, portanto, vulnerável. É nesse sentido que as experiências vividas nesta fase da vida podem interferir em seu desenvolvimento definindo a sua personalidade, o ser social no qual ela é quando adulta.

Juliana Dias (2003, p. 16) conceitua a infância como um período em que o ser se encontra dependente, incapaz de tomar decisões, de agir sozinho, em que a criança necessita de afeto, pois é frágil psíquica e emocionalmente.

(...) é uma época de aquisição subjetiva e sociocultural da identidade humana na relação com o mundo, na descoberta de si mesma e na apropriação da cultura, o adulto que esse ser se tornará e suas futuras relações dependerão dessa apropriação e das suas descobertas (NUNES e SILVA, 2000, p. 25, apud DIAS, 2013, p. 17).

É nesse sentido que reiteramos: qualquer forma de violência nesse período pode gerar traumas permanentes na vida de qualquer criança.

Esta fase vital, mesmo sendo fundamental, nem sempre foi respeitada pela sua importância que, aliás, há pouco tempo foi reconhecida.

Segundo Philippe Ariès (2006, p. 17), na Idade Média, por volta do século XII, “[...] a arte medieval desconhecia a infância ou não tentavam representá-la”. No Século XI na “Cena do Evangelho em que Jesus pede para as criancinhas vão até ele”, as crianças são retratadas como se fossem adultos.

De acordo com Ariès (2006, p. 19-20) até o século XIII as crianças não são caracterizadas com sua expressão particular, são adultos em tamanho reduzido. Neste período surgem alguns retratos de crianças mais aproximados com o “sentimento moderno”. No Século XIV já se torna mais comum o retrato de crianças com traços mais arredondados e também surge o sentimento de “infância sagrada”. Para o autor em questão essas formas de representação sugerem que as crianças sempre estavam em meio aos adultos e viviam assim como eles.

Até o fim do século XVI, eram raros os quadros de crianças sozinhas, já no século seguinte esse tipo de retrato se tornou comum. Enfim houve alguma forma de reconhecimento da singularidade da criança (ARI-ÉS, 2006, p. 24-25).

Mesmo havendo um desenvolvimento do conceito de infância, não ocorreu melhora nas condições de vida das crianças que ainda eram alvo de diversos tipos de violências. Ainda mais em uma sociedade paternalista onde os pais agrediam os filhos em busca da obediência (DIAS, 2013).

Segundo Gomes (2011), no Brasil até 1500 as crianças indígenas não eram vistas apenas como responsabilidade dos pais, mas sim de toda a tribo. No século XVI, crianças marginalizadas na Europa eram encaminhas ao Brasil para ajudar no trabalho de catequese. Para Andrade (2010), com a vinda dos jesuítas para o Brasil, e com suas ideias de santificação da infância as crianças indígenas passaram por um violento processo de incorporação da cultura portuguesa. O autor ainda destaca que a infância da criança advinda da África para a escravidão não teve a vida muito diferente da criança indígena, pois a criança africana era obrigada a trabalhar a partir dos sete anos de idade.

Em sua pesquisa, Dias (2013) nos recorda que no Século XV, no Brasil, surgem vários casos de abandono e infanticídio. É desta época o surgimento da casa (roda) dos expostos: uma instituição que dá assistência às crianças abandonadas evitando que as mães, motivadas por controlar o número de pessoas na casa ou evitar escândalos familiares, abandonem os filhos em qualquer lugar.

Segundo GOMES (2011), em meados do século XVII a infância, por fim, é reconhecida, porém ainda vive em um patamar de inferioridade em relação aos adultos.

Para Dias (2013), as crianças passam a ser vistas como vítimas apenas na década de 50, e apenas na década de 70 é que se iniciaram os estudos sobre os abusos cometidos contra a infância.

Mesmo com a concepção atual de que a infância é um período de cuidados devido a sua vulnerabilidade, não se pode ignorar que há mudanças de cultura para cultura para com o tratamento dessas crianças, e há variação até mesmo para quem é considerado criança.

Em Sanderson (2004), encontramos que devido a essa variação há uma dificuldade em se elaborar índices mundiais de violência contra as crianças, pois muitos dos casos não são notificados por não serem considerados violentos ou abusivos.

Dentre os diversos tipos de violências mencionadas encontramos a violência sexual que apresentada pelo CEDECA como “uma agressão à liberdade do indivíduo, uma manifestação extrema do domínio de uma pessoa sobre outra”.

Segundo a Cartilha Educativa da Campanha de Prevenção à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2000), a violência sexual pode ocorrer de duas maneiras: abuso sexual e exploração sexual.

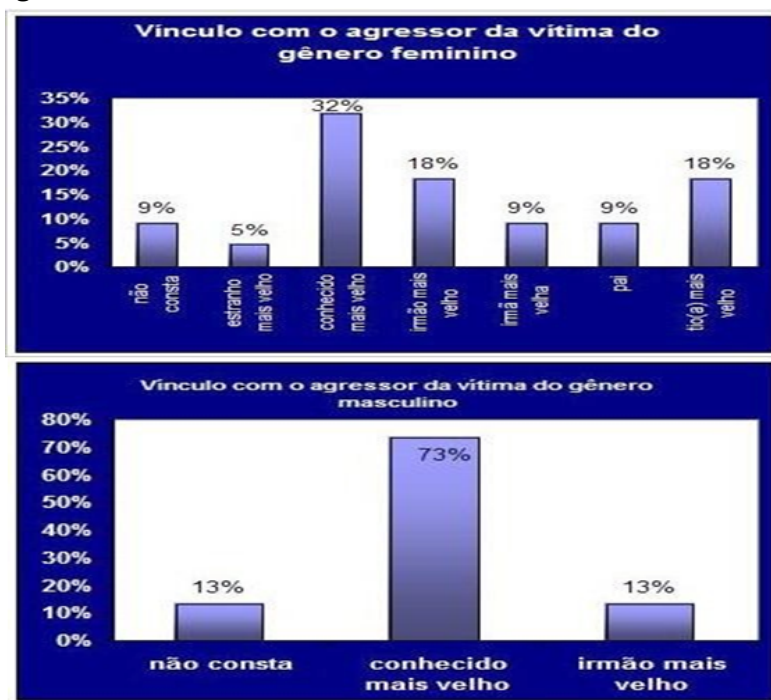
Na Cartilha consta que “o abuso sexual é a utilização da sexualidade de uma criança ou adolescente para prática de qualquer ato de natureza sexual”.

No entendimento dos elaboradores da cartilha, o abuso sexual, na maioria dos casos, é praticado por pessoas próximas a criança ou adolescente. Entretanto, também pode ocorrer com pessoas estranhas, seja do ambiente familiar (intrafamiliar) ou fora dele (extrafamiliar) (CARTILHA EDUCATIVA DA CAMPANHA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, 2000, p. 5).

Segundo Sanderson (2004), há um mito que gira em torno do abuso sexual infantil intra e extrafamiliar: “a ideia de que apenas estranhos abusam sexualmente de crianças”. Para a autora o mito vem do “perigo dos estranhos” que sempre é alertado às crianças. E apoiada em suas pesquisas, afirma que 87% dos casos de abusos são cometidos por pessoas conhecidas.

Para corroborar com Sanderson (2004), na figura 1, apresentam-se dois gráficos com a incidência de abuso e o vínculo do abusador com a criança, de pesquisa realizada na Universidade São Francisco:

Figura 1 – Incidência de abuso e vínculos do abusador com a criança



Fonte: Capitão e Romaro (2008)

Em ambos os casos (feminino e masculino), a maior parte dos abusos eram praticadas por pessoas mais velhas e conhecidas da vítima. Esses dados nos direcionam a outro tipo de cuidado que os pais e educadores devem tomar ao educar preventivamente suas crianças, e dizê-lo não apenas para “cuidar com estranhos”, mas se cuidar com certas atitudes no âmbito familiar.

Segundo Monteiro (2008), algumas atitudes podem ser adotadas de modo a prevenir abusos. Essas atitudes são as seguintes:

Estar bem informados sobre a realidade do abuso sexual contra crianças.
Ouvir seus filhos e acreditar neles por mais absurdo que pareça o que estão contando.
Disponer de tempo para seu filho e dar-lhe atenção.
Saber com quem seu filho está ficando nos momentos de lazer. Conhecer seus colegas e os pais deles.
Procurar informar-se sobre o que sabem e como lidam com a questão da violência e do abuso sexual os responsáveis pela creche, pela escola, pelos programas de férias.
Faça o mesmo com seu pediatra, o conselheiro religioso, a empregada e a babá.
Antes de tudo, falar com seu filho ou sua filha e lembrar-se que o abuso sexual pode ocorrer ainda nos primeiros anos da infância.
Entre 18 meses e 3 anos, ensine a ele ou ela o nome das partes do corpo.
Entre 3 e 5 anos, converse com eles sobre as partes privadas do corpo (aquelas cobertas pela roupa de banho) e também como dizer **não**. Fale sobre a diferença entre "o bom toque e o mal toque".
Após os 5 anos a criança deve ser bem orientada sobre sua segurança pessoal e alertada sobre as principais situações de risco.
Após os 8 anos deve ser iniciada a discussão sobre os conceitos e as regras de conduta sexual que são aceitas pela família e fatos básicos da reprodução humana. (MONTEIRO, 2008, p. 12).

No contexto da Cartilha Educativa da Campanha de Prevenção à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2000, p. 5), a exploração sexual, por sua vez “é a utilização de crianças e adolescentes para fins sexuais mediadas por lucro, objetos de valor ou outros elementos de troca”.

Na exposição do texto da Cartilha apresentam-se as formas como pode ocorrer a exploração sexual: “contexto da prostituição, pornografia infantil, tráfico para fins de exploração sexual e turismo com motivação sexual”.

Observemos como a Cartilha Educativa da Campanha de Prevenção à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescente define e nos ajuda a compreender melhor esses quatro mecanismos:

1. Contexto da prostituição: “É o contexto mais comercial da exploração sexual, normalmente envolvendo rede de aliciadores, agenciadores, facilitadores e demais pessoas que se beneficiam financeiramente da exploração sexual. (...) esse tipo de exploração sexual também pode ocorrer sem intermediários.” (COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO).

2. Pornografia infantil: “É a produção, reprodução, venda, exposição, distribuição, comercialização, aquisição, posse, publicação ou divulgação de materiais pornográficos (fotografia, vídeo, desenho, filme etc.) envolvendo crianças e adolescentes.” (COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO).

3. Tráfico para fins de exploração sexual: “É a promoção ou facilitação da entrada, saída ou deslocamento no território nacional de crianças e adolescentes com o objetivo de exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual.” (COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO).

4. Turismo com motivação sexual: “É a exploração sexual de crianças e adolescentes por visitantes de países estrangeiros ou turistas do próprio país, normalmente com o envolvimento, cumplicidade ou omissão de estabelecimentos comerciais de diversos tipos”. (COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO)

Segundo o CEDECA (2015), em contextos como esses a criança pode desenvolver diversos tipos de traumas: profanação do próprio corpo (há perda da integridade física, sensações novas foram despertadas mas não integradas e a vítima expressa a angústia de que algo se quebrou no interior de seu corpo. Nos últimos anos, o medo de contrair AIDS e DST's, perturbações no sono, baixa autoestima (se acha diferenciada por ser escolhida para ser violada, se sente pouco atraente), comportamento destrutivo (pára de comer, brincar e em alguns casos pode tentar cometer o suicídio), enxerga a sexualidade como punitiva muitas vezes comprometendo as relações amorosas quando adulta, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a organização CHILDHOOD, muitas vezes o momento em que a violência contra a criança é descoberta gera um trauma, devido à incapacidade dos adultos de lidar com a situação, pois incrédulos, às vezes ficam do lado dos abusadores (especialmente no abuso sexual intrafamiliar), não dando razão à palavra da criança, podendo estar reforçando as chantagens feitas pelo abusador e as deixando com sérios problemas de confiança. Neste caso, no qual a criança não encontra amparo no seio familiar seria necessária uma intervenção externa.

Segundo a organização suprarreferida, em caso de suspeita, educadores em geral, devem tentar estabelecer um vínculo de confiança com a criança, com extremo cuidado, pois a criança pode nos enxergar como um inimigo também. Quando o caso for relatado é importante que o relato aconteça em um local tranquilo sem interferência de outras pessoas e devem se manter calmos, sem reações extremas para não influenciar no relato do aluno. Se necessário, com discrição, deve-se pedir ajuda à direção da escola. A criança deve ser a prioridade nesta história, portanto não deve ser difundida, e antes de entrar em contato com os familiares deve-se perguntar a criança quem ela aprova como interlocutor (CHILDHOOD, 2015).

Mesmo que se conduza um tratamento para vítimas da violência sexual infantil a criança poderá carregar seus traumas para o resto da vida. Por isso, para que esses traumas não existam a melhor forma é prevenir nossas crianças de tê-los. Neste sentido é necessário que o tabu da sexualidade infantil seja quebrado por pais e educadores para que as crianças desde pequenas recebam orientação sexual de forma que as possibilite ter noções dos limites que estas devem saber colocar com relação a ter seu corpo tocado por outras pessoas. Só quebrando este tabu somos capazes de proteger nossas crianças, só assim deixaremos de ver a sexualidade como se estivesse distante da infância e nos atentaremos mais aos sinais do abuso contra ela.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. B. P. **Tecendo os fios da Infância**. (2010). Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-06.pdf>>. Acesso em: 22/07/2015.
- ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- CAPITÃO, Cláudio; ROMARO, Rita. (2008). **Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000200014#end1a>. Acesso em: 22/07/2015.

CAVALCANTI, Lúcia; FARIA, Rachel. **Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil**. Universidade Federal de São Carlos, 2003.

CEDECA. **Abuso Sexual: conversando com esta realidade**. Disponível em: <<http://www.cedeca.org.br/conteudo/noticia/arquivo/384BB619-A577-6B44-55158CB799D9AB10.pdf>>. Acesso em: 22/06/2015.

COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO. **Negligência Infantil**. Disponível em: <<http://www.usfmarginal.com/?p=121>>. Acesso em: 22/06/2015.

DIAS, Juliana. **O abuso sexual Intrafamiliar, seus efeitos na criança e a perspectiva da escola quanto à prevenção**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Curso de Pedagogia, Foz do Iguaçu, 2013.

GOMES, Regina M.F. **Os direitos da Infância a da Adolescência ao Longo da História** (2011). Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/Regomes1/os-direitos-da-infancia-e-adolescencia-ao-longo-da-historia>>. Acesso em: 22/07/2015.

MONTEIRO, Lauro. **Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes: Quebrando Tabus**. (2008) Disponível em: <http://www.observatoriodainfancia.com.br/rubrique.php?id_rubrique=40>. Acesso em: 22/07/2015.

NEUMANN, Marcelo. **O que é violência doméstica contra a criança e o adolescente** (2000). Disponível em: <<http://www.cedeca.org.br/conteudo/noticia/arquivo/3951AED0-BECC-FF80-E7951DAEE6FF4F51.pdf>>. Acesso em: 22/06/2015.

ORGANIZAÇÃO CHILDHOOD BRASIL. **Professor: como agir diante de um possível caso de abuso sexual**. (2010). Disponível em: <<http://www.childhood.org.br/professor-como-agir-diante-de-um-possivel-caso-de-abuso-sexual>>. Acesso em: 23/06/2015.

PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. (2000). **Cartilha educativa**: Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

SANDERSON, Christiane. **Abuso Sexual em Crianças: Fortalecendo Pais e Professores para Proteger Crianças Contra Abusos Sexuais e Pedofilia**. São Paulo: Makron Books, 2004.

SIGNIFICADOS. **Significado de Violência**. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/violencia/>>. Acesso em: 22/06/2015.

UNICEF. **Situação mundial da infância**: crianças excluídas e invisíveis. New York: UNICEF, 2006.

